

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **A HISTÓRIA DAS IDÉIAS E O NASCIMENTO DA ECONOMIA:**

**A Contribuição de A. Hirschman, P. Rosanvallon  
e A. M. Bianchi**

JULIANA NASCIMENTO DA SILVA  
matrícula n°.: 105035603

ORIENTADOR(A): Profa. Angela Ganem

JANEIRO 2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE ECONOMIA  
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

# **A HISTÓRIA DAS IDÉIAS E O NASCIMENTO DA ECONOMIA:**

**A Contribuição de A. Hirschman, P. Rosanvallon  
e A. M. Bianchi**

---

JULIANA NASCIMENTO DA SILVA  
matrícula n.º: 105035603

ORIENTADOR(A): Profa. Angela Ganem

JANEIRO 2010

*As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora*

## **AGRADECIMENTOS**

Gostaria de agradecer, primeiramente, a minha orientadora, Prof.<sup>a</sup> Angela Ganem, por todo conhecimento e ajuda prestada, e também ao Prof. João Luiz Pondé, meu orientador antes de a pesquisa mudar de foco.

Também gostaria de agradecer imensamente a meus pais, meu irmão e meus amigos, por todo amor, carinho, paciência e atenção dedicados.

## RESUMO

Através da análise das obras de três importantes autores filiados ao estudo da História das Idéias, quais sejam: “As paixões e os interesses – Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo”, de Albert Hirschman; “O liberalismo econômico – História da idéia de mercado”, de Pierre Rosanvallon; e “A Pré-História da Economia – De Maquiavel a Adam Smith”, de Ana Maria Bianchi, procura-se mostrar a importância das *idéias* como elemento essencial da constituição de uma nova ordem social: a ordem do mercado.

Ainda que partindo de perspectivas diferentes (mas não contraditórias), os três autores possuem um denominador comum. Hirschman parte da noção de interesse como motivador da ação dos indivíduos, Rosanvallon da idéia de mercado como regulador da ordem social e Bianchi do nascimento da economia acoplada a uma nova ética. Os três autores tratam do nascimento da economia, no plano das idéias, emancipada da política, cujo argumento definitivo está em Adam Smith.

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>6</b>
<b>CAPÍTULO I – HIRSCHMAN E A GENEALOGIA DA NOÇÃO DE INTERESSE.....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO II – ROSANVALLON E A HISTÓRIA DA IDÉIA DE MERCADO.....</b>	<b>15</b>
<b>CAPÍTULO III – BIANCHI E A PRÉ-HISTÓRIA DA ECONOMIA.....</b>	<b>23</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>37</b>

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende retomar os elementos fundamentais na História das Idéias que possibilitaram à economia se constituir como ciência (ou pelo menos ser entendida como tal). Como esta trilha já foi aberta por estudiosos como Louis Dumont, Albert Hirschman, Pierre Rosanvallon e Ana Maria Bianchi, proceder-se-á a uma resenha descritiva da obra dos três últimos autores, com vistas a recuperar a contribuição das idéias como elementos essenciais que permitiram ao fenômeno econômico constituir-se como objeto de estudo de uma ciência particular.

A escolha dos dois primeiros autores, Albert Hirschman e Pierre Rosanvallon, deveu-se à notoriedade e à repercussão de suas obras, inaugurando (na trilha de Dumont) o campo interdisciplinar entre a história das idéias e a economia. Já Ana Maria Bianchi foi a autora precursora desses estudos no Brasil.

No primeiro capítulo será apreciada a obra “As paixões e os interesses – Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo” (1977), de Albert Hirschman. Nesse ensaio o autor faz uma arqueologia da noção de interesse, sob o ponto de vista do indivíduo, com vistas a explicar como as atividades comerciais passaram a figurar, em certo momento da Idade Moderna, como atividades dignas, após terem sido condenadas durante vários séculos sob o nome de ambição e amor do lucro.

No segundo capítulo examina-se a obra “O liberalismo econômico – História da idéia de mercado” (1979), de Pierre Rosanvallon, cujo cerne da investigação está em desvendar, no plano das idéias, a vitória da idéia do mercado como regulador da ordem social em fins do século XVIII. O mercado é entendido aqui não como um conceito puramente técnico, mas como um conceito sociológico e político, que se opõe ao conceito de contrato.

No terceiro capítulo, é a obra de Ana Maria Bianchi “A Pré-História da Economia – De Maquiavel a Adam Smith” (1988) o objeto de análise. A autora enfatiza especialmente a revolução de valores ocorrida na passagem da Idade Média para a Idade Moderna, acoplando o nascimento da economia ao de uma nova ética, de caráter

utilitário, em que as noções convencionais de Bem e Mal são ofuscadas pelas noções do Útil e do Eficaz.

Na conclusão procurar-se-á mostrar como, ainda que partindo de perspectivas diferentes, os três autores chegam a um denominador comum: a constituição daquilo que será entendido como o objeto da ciência econômica – a sociedade de mercado.



## CAPÍTULO I – HIRSCHMAN E A GENEALOGIA DA NOÇÃO DE INTERESSE

“Este ensaio tem sua origem na constatação da incapacidade da ciência social contemporânea de lançar alguma luz sobre as conseqüências políticas do crescimento econômico...” (HIRSCHMAN, 2000 [1977]: 11). É com estas palavras que Hirschman inicia o seu *As paixões e os interesses*, obra de 1977, publicada no Brasil em 1979, pela editora Paz e Terra, e de reconhecida importância para a História das Idéias.

Partindo da constatação citada, o autor decide retomar o pensamento social dos séculos XVII e XVIII por entender que nesse período (um dos primeiros momentos da expansão econômica) as inibições para especular sobre as conexões entre as áreas do saber não fossem tão grandes, já que as ciências sociais ainda não tinham se fragmentado e não havia especializações disciplinares, tais como a Economia de um lado e a Ciência Política de outro. Em sua empreitada, acaba por trazer uma nova perspectiva sobre a história das idéias, em que uma nova mentalidade (o ideário liberal) surge como resultado de um longo processo endógeno.

Hirschman divide seu ensaio em três partes. Na primeira parte procura reconstruir, recuperando o pensamento de vários autores, uma seqüência de idéias concatenadas que permitem explicar como os interesses foram convocados para contrabalançar as paixões. O autor procura mostrar como, no contexto do esvaziamento do ideal heróico, as atividades comerciais passaram a figurar, em certo momento da Idade Moderna, como atividades dignas, após terem sido condenadas durante vários séculos sob o nome de ambição e amor do lucro.

Com o Movimento Renascentista em ascensão, aqueles filósofos que consideram *o homem como ele deveria ser* perdem espaço para autores que inauguram uma posição mais realista, que procuram entender *o homem como ele realmente é*, tais como Maquiavel, Hobbes, Vico, Spinoza e Rousseau.

Para Hirschman, entretanto, a busca por entender *o homem como ele realmente é* não se dá devido ao desenvolvimento de uma nova ética, mas devido aos novos rumos tomados pela teoria do Estado: a necessidade de aperfeiçoar a arte de governar numa

nova ordem que está se constituindo exige uma abordagem científica e positiva do Estado; e esta necessita de uma compreensão da natureza humana. Na visão do autor, naquele momento histórico, entender a *política* é, portanto, uma ambição anterior a entender o *indivíduo*.

Além disso, constatava-se que a filosofia moral e o preceito religioso não mais davam conta de controlar as paixões destrutivas do homem, e tornava-se necessária, a fim de evitar a ruína da sociedade, a busca de novas formas de compreender sem preconceitos a natureza humana.

O estudo minucioso da natureza do homem feito no século XVII revelou a irreduzibilidade das paixões destrutivas. Tratava-se, portanto, não de reprimi-las, mas de mobilizá-las, de fazê-las trabalhar pelo bem geral. Segundo Hirschman, a idéia da mobilização das paixões foi capaz de sobreviver e prosperar, tanto como um dos dogmas principais do liberalismo do século XIX, quanto como um dos postulados centrais da teoria econômica.

Uma outra solução controladora foi o princípio da paixão equivalente contrária, ou seja, refrear paixões mais destrutivas e perigosas contrapondo-lhes aquelas consideradas relativamente inócuas. A idéia de guiar o progresso social pela oposição inteligente de uma paixão à outra, surgida no século XVII, torna-se, de acordo com o autor, um passatempo intelectual bastante comum no século seguinte, estando presente no pensamento de vários autores, tais como Bacon, Spinoza, Hume e Helvétius. No decorrer do século XVIII, as paixões foram adquirindo um caráter não tão pernicioso quanto antes – caracterizavam a natureza humana e deveriam, portanto, ser aceitas como tais.

Um bom exemplo sobre o princípio da contraposição de paixões citado por Hirschman é dado por Hamilton no número 72 de *O Federalista*, a fim de justificar a reeleição do presidente:

Um homem avarento, que acontecesse estar ocupando o cargo, ao considerar o momento quando deve renunciar aos emolumentos que recebe, sentiria uma propensão, difícil de resistir, a fazer o melhor uso possível da oportunidade enquanto ela existisse, e poderia não ter escrúpulos em recorrer aos expedientes

mais corruptos para fazer da colheita mais abundante, por ser transitória; embora o mesmo homem, provavelmente, tendo diante de si uma perspectiva diferente, pudesse contentar-se com as regalias normais de sua situação, e pudesse até mesmo não se mostrar disposto a arriscar as conseqüências de um abuso de suas oportunidades. Sua avareza podia ser uma sentinela de sua avareza. Junte-se a isso o fato de que o mesmo homem podia ser vaidoso ou ambicioso, além de avaro. E se ele pudesse esperar prolongar suas horas através de sua boa conduta, poderia hesitar em sacrificar seu apetite por elas ao seu apetite pelo ganho. Porém, tendo diante de si a perspectiva de estar se aproximando de uma aniquilação inevitável, era provável que sua avareza conseguisse triunfar sobre sua cautela, sua vaidade ou sua ambição.

A etapa seguinte do argumento do autor consiste em mostrar como a palavra “interesse” passou a ser usada como termo genérico para as paixões às quais se atribui a função de contravalor (equivalente contrário). Hirschman faz uma arqueologia da noção de interesse, mostrando como ela passou de razão do Estado (ou interesse do governante) a interesse dos governados, e como seu significado, tanto na Inglaterra quanto na França, terminou por concentrar-se na idéia de vantagem econômica como seu sentido essencial.

Explicar essa passagem não é algo simples. Hirschman especula que talvez se deva à velha associação entre *interest* (no sentido de juros) e empréstimos de dinheiro; ou talvez à afinidade do cálculo racional, implícita no conceito de interesse, com a natureza das atividades econômicas. Adam Smith em *A Riqueza das Nações* apresenta um argumento com sentido de proposição geral: “Um aumento da fortuna é o meio pelo qual a maior parte dos homens propõe e deseja melhorar sua condição. É o meio mais vulgar e óbvio...” (SMITH, apud HIRSCHMAN, 2000 [1977]: 41).

A idéia de que um conjunto de paixões, até então conhecidas como ganância, avareza e amor do lucro, podia ser empregado de modo útil para refrear outras paixões, tais como ambição e volúpia de poder, elegeu o conceito de interesse como chave para compreensão da ação humana. Em relação às duas categorias que dominaram a análise da motivação humana desde Platão – as paixões de um lado, e a razão de outro – o interesse aparece como uma categoria intermediária, isenta da destrutividade da paixão e da ineficácia da razão.

O autor prossegue: “A convicção de que o interesse podia ser considerado motivo dominante no comportamento humano causou considerável excitação intelectual: finalmente fora encontrada uma base realista para uma ordem social viável” (HIRSCHMAN, 2000 [1977]: 48). Além de fornecer essa base realista, a idéia de um mundo governado pelo interesse apresenta vantagens específicas próprias, como a constância e a previsibilidade da ação humana. Conforme o raciocínio de James Steuart:

Se acontecessem milagres todos os dias, as leis da natureza deixariam de ser leis: e se cada um agisse pelo bem público, e não pensasse em si próprio, o estadista ficaria perplexo (...)

(...) se um povo se tornasse completamente desinteressado: não haveria possibilidade de governá-lo. Cada um poderia considerar de diferente maneira o interesse de seu país e ao se juntarem muitos para promover suas vantagens poderiam estar provocando sua desgraça. (STEUART, apud HIRSCHMAN, 2000 [1977]: 50)

Ao buscar seus próprios interesses, os indivíduos se tornam transparentes e previsíveis. Hirschman afirma que assim surgia a possibilidade de um ganho mútuo como resultado esperado da ação do interesse na *política*, antes que se tornasse uma questão de doutrina em economia. Não há mundo melhor e mais seguro que esse para o desenvolvimento do capitalismo nascente.

Para concluir a história que vem contando, de como os interesses foram convocados para contrabalançar as paixões, Hirschman apresenta seu argumento derradeiro: faltava dotar o obstinado desejo de ganho de uma qualidade adicional – a inofensividade. Ocupar-se dos próprios interesses materiais, se comparado à ação orientada pelas paixões destrutivas e incontroláveis, converte-se em algo inocente, inócuo.

As atividades comerciais passam a ser consideradas com mais simpatia, fruto do adquirido caráter suave, calmo e civilizador. A índole calma não diz respeito à fraqueza, apenas se opõe à violência. O amor ao ganho podia então ser categorizado como uma paixão calma, porém forte, e capaz de triunfar sobre uma variedade de paixões violentas (ainda que fracas).

A partir da reconstrução de idéias aqui tratada, Hirschman descortina o pano de fundo do nascimento do capitalismo no plano das idéias: a atividade econômica reprime os componentes mais destrutivos e desastrosos da natureza humana. “... da necessidade política de garantir a ordem social pelo domínio das paixões, chega-se ao critério econômico desta garantia.” (PENA e TOLIPAN, 1981: 835)

Na segunda parte de *As paixões e os interesses*, o autor estreita o enfoque para se concentrar nos pontos altos da seqüência de idéias, destacando o pensamento de Montesquieu e James Steuart para tratar de como se esperava que a expansão econômica aprimorasse a ordem política.

Hirschman recupera o que já havia explicitado anteriormente: as origens da tese *interesses x paixões* remontam à preocupação com a arte de governar; e as paixões que mais necessitam ser refreadas pelos interesses – próprios e de seus súditos – são as dos poderosos. O autor salienta alguns representantes dessa maneira de pensar, no século XVIII, como Montesquieu, James Steuart e John Millar. Os fisiocratas e Adam Smith compartilham de alguns dos interesses e premissas daqueles autores, mas suas soluções foram muito diferentes, como destaca Hirschman:

Montesquieu argumenta sobre os efeitos políticos favoráveis do comércio, entendendo-o como uma forma de controlar o abuso do poder ilimitado: o comércio pacífica, civiliza. Sua visão é bastante otimista, depositando confiança no comércio como salvaguarda contra a guerra, quando não se via qualquer remédio contra um governo desastrosamente arbitrário. As conseqüências políticas favoráveis da expansão econômica constituem uma justificação básica da nova era comercial-industrial.

Steuart é extremamente influenciado por Montesquieu. Ao observar uma importante contradição – a de que o comércio e a indústria conduzidos adequadamente aumentam o poder do reino e do soberano e, ao mesmo tempo, quando um Estado começa a subsistir graças às conseqüências da indústria existe menos perigo de temer seu poder – afirma que a economia moderna é o freio mais eficiente já inventado contra a loucura do despotismo.

Tanto Montesquieu quanto Steuart acreditavam que a expansão do comércio e da indústria eliminaria o processo arbitrário e autoritário de tomada de decisões pelo soberano. Seu modo de pensar confia mais em restringir o príncipe do que em motivá-lo a contribuir diretamente para a prosperidade da nação. John Millar complementa esse pensamento argumentando que, caso falhasse a dissuasão, seria necessário a existência de forças na sociedade que se mobilizassem para se opor ao príncipe. Ele assinala que o avanço no comércio e nas manufaturas acentua a habilidade de certos grupos sociais em recorrer à ação coletiva contra a opressão e o mau governo, convencendo-se assim de que tinha descoberto um mecanismo que garantiria que as paixões do soberano não prevaleceriam por muito tempo sobre o interesse público e as necessidades da economia em expansão.

Já os fisiocratas buscavam uma ordem política na qual os detentores do poder são impelidos, *por razões de interesse próprio*, a promover o interesse geral.

A diferença decisiva está no fato de que os fisiocratas (...) esperavam que o seu sistema ideal de economia política fosse promulgado por estadistas ilustrados, como consequência da força de persuasão de seus argumentos; enquanto *Sir James Steuart* considerava que a mudança na direção desejada aconteceria espontaneamente, como resultado do processo de expansão econômica. (HIRSCHMAN, 2000 [1977]: 95)

A principal influência exercida pela publicação, em 1776, de *A Riqueza das Nações*, por Adam Smith, foi estabelecer uma poderosa justificativa econômica para a busca desimpedida do auto-interesse, enquanto na literatura anterior, a insistência era dada nos efeitos políticos dessa busca. Smith insiste no fato de que o progresso econômico é possível independentemente de quaisquer aperfeiçoamentos no ambiente político; e ainda afirma que o progresso político não é necessário como um pré-requisito para o avanço econômico, nem é provável que seja uma consequência dele.

O maior impacto de Smith sobre as idéias aqui discutidas foi afirmar que a ambição, a ânsia de poder e o desejo de merecer respeito podem ser satisfeitos pela melhoria econômica. Nesse sentido o autor iguala virtualmente as paixões aos interesses, golpeando na base a idéia de que se pode opor paixão a paixão, ou os interesses às paixões.

Depois de Smith, afirma Hirschman, a atenção tanto do debate acadêmico quanto do político centralizou-se na sua proposição de que o bem-estar geral é mais bem servido deixando que cada indivíduo busque seu auto-interesse. Tratava-se de um paradigma altamente bem-sucedido, ao mesmo tempo uma impressionante generalização e um considerável estreitamento no campo de investigação sobre o qual o pensamento social vagueara até então.

Na terceira parte de seu ensaio, Hirschman reflete sobre este episódio da história intelectual e sua importância para a compreensão das circunstâncias ideológicas, ainda confusas, do nascimento do capitalismo. Esta seção constitui, na verdade, um estímulo a um profundo mergulho na História das Idéias. O autor encerra o livro com o seguinte discurso:

Concluí que tanto os críticos quanto os defensores do capitalismo refinariam a qualidade de seus argumentos pelo conhecimento desse episódio da história intelectual que aqui recontamos. Isto é provavelmente tudo o que se pode esperar à história, e à história das idéias em particular: não resolver questões, mas elevar o nível do debate. (HIRSCHMAN, 2000 [1977]: 126)

Um exemplo é capaz de tornar explícita a aparente revolta do autor: com uma simples análise da história por ele contada é possível perceber que se supunha que o capitalismo realizaria exatamente aquilo que logo mais seria denunciado como seu pior aspecto – a inibição do desenvolvimento da “personalidade humana integral”. Para uma época anterior, o mundo da “personalidade humana integral” se apresentava como uma ameaça que necessitava ser extirpada a qualquer preço.

## CAPÍTULO II – ROSANVALLON E A HISTÓRIA DA IDÉIA DE MERCADO

Em seu *O liberalismo econômico – História da idéia de mercado*, de 1979, Rosanvallon procura traçar o percurso do liberalismo tendo como fio condutor a idéia de mercado, pois entende que esta perpassa toda a história intelectual da modernidade e revela a problemática implícita na totalidade sociopolítica de qualquer estrutura social.

Segundo o autor, a noção de liberalismo trata-se de uma idéia falsamente simples: ver nela uma afirmação de liberdade sob todas as suas formas é, além de vago, nada esclarecedor. Para Rosanvallon, o esclarecimento da questão do liberalismo é uma maneira privilegiada de compreender melhor a modernidade. O que há de comum entre as diversas formas sob as quais o liberalismo pode ser entendido – as idéias de mercado, de pluralismo político, de tolerância religiosa e liberdade moral – afirma ele, é que todas elas recusam a instituição de autoridade sobre os indivíduos. A autonomia individual, fundada na rejeição de todas as soberanias absolutas, é o princípio que perpassa todas essas formas.

O autor divide sua obra em duas partes. Na primeira, única que será objeto desta resenha, Rosanvallon retraza a gênese da idéia de mercado como princípio da organização social, cujo centro está em Adam Smith.

De acordo com Rosanvallon, a grande questão da modernidade é pensar a ordem social sem recorrer à explicação divina, ou, mais precisamente, pensar a sociedade como auto-instituída, sem qualquer ordem exterior ao homem. Nesse sentido, afirma-se como central a figura do indivíduo e de sua natureza para se pensar a questão da origem da sociedade e de seu funcionamento harmonioso, ambas faces de uma mesma investigação. Esse grande questionamento, segundo o autor, mobiliza praticamente todos os filósofos dos séculos XVII e XVIII, de Hobbes a Locke, de Hume a Smith, de Helvétius a Rousseau.

A análise da natureza humana sugerida se pretende científica, para dar um fundamento robusto e indiscutível à sociedade. Tratava-se de elaborar uma *ciência das*



*paixões*, tarefa filosófica prioritária para pensar o fundamento de uma sociedade humana; compreender o homem *como ele é*.

Para Rosanvallon, portanto, é possível compreender a modernidade, nos seus mais diversos aspectos, como uma tentativa de responder à questão da instituição do social. E, embora aborde diferentes soluções que podem ser encontradas, o objetivo do autor é mostrar como, no final do século XVIII, a idéia do mercado se apresenta como resposta final à indagação com que lidavam os teóricos da modernidade. O autor procura mostrar como a ordem social se livrou primeiro da religião, com os teóricos do contrato, que são realistas; e depois da política, com a idéia de mercado como regulador da ordem.

A teoria do contrato social, forjada no século XVII e expandida no século seguinte, é a resposta política à questão do nascimento/funcionamento da sociedade. Nessa linha de argumentação, Rosanvallon destaca pensadores como Hobbes, Pufendorf, Locke e Rousseau, que, embora apresentem distintas concepções do contrato social (baseadas em distintas concepções da natureza humana), têm em comum o fato de estabelecer a questão da instituição da sociedade sobre a base de uma ciência realista do homem, libertando-a das amarras da teologia. Sobre a concepção do pacto para esses quatro pensadores, Rosanvallon destaca vários pontos:

Com relação a Hobbes, sublinha o estado de natureza como um estado em que os homens são levados por suas paixões naturais a se contrapor uns aos outros; um estado de guerra. E não é a razão que permite superar esse estado de guerra, mas a força de uma poderosa paixão: o medo da morte ou o desejo de conservação. E é precisamente esse desejo que faz com que os indivíduos estabeleçam um pacto para instituição da sociedade civil, que é ao mesmo tempo um pacto de submissão e um pacto de associação.

Com relação a Pufendorf, Rosanvallon ressalta que este autor explica a formação do Estado político acrescentando ao pacto de submissão de Hobbes um contrato anterior, que é um pacto de união, o qual, para ele, funda a sociedade. Ao contrário de Hobbes, entende o homem como sendo naturalmente sociável, e não somente por um sentimento desinteressado, mas porque tem interesse em sê-lo.

Quanto a Locke, Rosanvallon sublinha que este não compartilha da concepção hobbesiana de guerra no estado de natureza, o que faz com que sua concepção de pacto social seja substancialmente diferente. Locke concorda com Hobbes que o fundamento do direito natural reside no instinto de conservação do indivíduo, mas acrescenta que este instinto não se distingue da conservação da propriedade, pois entende que esta nada mais é que um prolongamento do indivíduo, ainda no estado de natureza. A instituição da sociedade tem por fim indissociável, portanto, assegurar a paz civil e garantir a propriedade:

Não é sem razão que o homem solicita e consente se associar com outros homens, que já estão reunidos, ou que projetam se reunir, a fim de salvaguardar mutuamente suas vidas, suas liberdades e suas fortunas, *é isto que eu designo com o nome geral de propriedade.* (LOCKE, apud ROSANVALLON, 2002 [1979]: 34, grifo no original)

Locke produz deslocamentos importantes em relação à teoria do contrato social, destaca Rosanvallon. Seu contrato é um pacto de associação e não um pacto de submissão; sua preocupação é não mais pensar somente a instituição da sociedade, mas, sobretudo, o funcionamento desse estado civil.

Já em Rousseau Rosanvallon acentua o fato deste autor não considerar o contrato social como o fundamento da sociedade, mas como um meio que permite ao homem garantir sua liberdade ameaçada no estado de natureza, ou, mais especificamente, como uma necessidade originada pelas primeiras relações entre os homens. Para ele, o contrato é *posterior* à origem da sociedade, e está, portanto, mais ligado à questão da regulação do social que à sua instituição, e é por isso que Rousseau está num ponto de viragem. De Hobbes até ele há uma continuidade no sentido de que é a política que institui o social, mas a partir do século XVIII, a questão da regulação suplanta a da instituição do social; o foco passa do estado de natureza para a sociedade civil.

Nesse momento de inflexão, Rosanvallon destaca pensadores como Montesquieu e Helvétius, que tratam as paixões no quadro da sociedade civil e não mais como Hobbes no quadro do estado de natureza.

Para Helvétius, diz Rosanvallon, os homens não nascem nem bons nem maus, mas são motivados por uma paixão fundamental da qual nascem todas as outras: o interesse. É sobre ele, portanto, que deve ser fundada a sociedade. E, para assegurar a convergência do interesse geral com os interesses particulares, origina-se a *legislação*.

Para Helvétius, a política se confunde assim com a legislação. Ela não é mais, como para Rousseau, um princípio de regulação e de construção da sociedade. A política não é infraestrutura da sociedade, mas somente uma superestrutura que se reduz à manutenção do poder necessário à execução das leis. (ROSANVALLON, 2002 [1979]: 44)

A trajetória construída por Rosanvallon procura mostrar que a filosofia política do século XVIII é marcada pelo deslocamento de sua problemática da questão da instituição do social para a do seu funcionamento, do funcionamento real da sociedade civil. É também aí que, em detrimento da explicação política, a explicação econômica para tal passa a primeiro plano.

Hume, destaca Rosanvallon, marca uma virada ao passar da noção de interesse/paixão para a de interesse/necessidade. A necessidade torna-se o guia do interesse, preenchendo assim a função que Helvétius conferia à legislação. Localiza-se nessa passagem um primeiro elemento de substituição do político pelo econômico para assegurar o bom funcionamento da sociedade.

É em Smith, entretanto, que Rosanvallon vê o fundador de uma forma inteiramente nova de apreender a sociedade. É com grande afinco e respeito intelectual, portanto, que o autor dedica grande parte de sua obra a dissecar o pensamento deste que é considerado o pai da Economia Política.

Na *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM), afirma Rosanvallon, Smith dá uma roupagem mais racional e científica ao conceito de simpatia já presente em Hume e Mandeville. A simpatia ou o desejo de ter a estima dos outros é o que reconcilia o interesse como amor de si mesmo com o interesse da sociedade. Ao formalizar a noção de simpatia, Smith encontra um fundamento natural da ordem social sem ter que recorrer ao político, como Rousseau, ou ao legislador, como Helvétius. A seu ver, mesmo que não haja benevolência recíproca entre os homens, o vínculo social não se

rompe, mas continua a se manter por razões *econômicas*; é do interesse dos homens que ele se mantenha.

A *Riqueza das Nações* (RN), afirma Rosanvallon, nada mais fez que ampliar e desenvolver aquilo que ainda era uma intuição de Smith na TSM: a economia não será para ele um domínio separado da investigação científica, mas o resumo e a essência da sociedade, o terreno sólido sobre o qual a harmonia social poderá ser pensada e praticada. “*Smith quase tornou-se economista por necessidade filosófica*” (ROSANVALLON, 2002 [1979]: 55).

No âmago do pensamento moderno nasce o que se pode chamar de ideologia econômica, a economia como filosofia, que se apresenta progressivamente como a solução concreta dos problemas mais decisivos dos séculos XVII e XVIII: os da instituição e regulação do social. Ela não está baseada necessariamente na justificação moral do enriquecimento, mas traduz, antes de tudo, o fato de que as relações entre os homens são compreendidas como relações entre valores mercantis.

De que modo a ideologia econômica responde concretamente aos problemas da instituição e da regulação do social? Segundo Rosanvallon, o *conceito de mercado* – conceito que resume a ideologia econômica moderna – tal como o pensa Smith, permite resolver duas questões sem resposta na filosofia política do seu tempo: a questão da guerra e da paz entre as nações e a questão do fundamento da obrigação no pacto social.

Na maior parte dos autores dos séculos XVII e XVIII a paz entre as nações só pode ser compreendida com os conceitos que permitem pensar a paz civil, como em Hobbes, por exemplo. Se o pacto social instaura a paz civil, não garante de forma alguma a paz entre as nações. Rosanvallon aponta, inclusive, que há em Hobbes uma contradição entre o direito natural da própria conservação, sobre a qual se funda o pacto social, e a fidelidade ao Estado em caso de guerra que implica a aceitação de colocar a própria vida em perigo. Outros autores tentam dar uma resposta a essa dificuldade. Helvétius vê como única solução o desenvolvimento de “convenções gerais” e de “comprometimentos recíprocos” entre as nações, o que parece ser totalmente utópico na sua época.

A ideologia econômica, entretanto, apresenta sua superioridade ao permitir ir mais longe e compreender num mesmo movimento a paz civil e a paz entre as nações. O conceito de mercado permite repensar as relações internacionais sobre uma nova base, substituindo a lógica de uma conta de soma zero (a do poder) por uma de soma positiva (a do comércio). Do ponto de vista do comércio, não há algo como fronteiras nacionais, mas é como se o mundo inteiro se tratasse de uma única nação. Adam Smith completa esse movimento ao dissolver o conceito político de nação no conceito econômico de mercado.

Embora etimologicamente a definição da atividade comercial seja essencialmente negativa (Rosanvallon faz uma arqueologia do vocábulo *comércio*, assim como Hirschman o faz de *interesse*), no século XVIII o comércio passa a ser compreendido como a forma mais bem acabada das relações entre os homens. De forma progressiva, passa a ser considerado como uma atividade social entre outras.

Quanto à dificuldade do fundamento da obrigação no pacto social que não dê vazão a uma concepção despótica, é o conceito de “mão invisível”, mecanismo que harmoniza o caos potencial de indivíduos buscando seu auto-interesse e conduz ao bem-estar coletivo, que permite superá-la. “O mercado constitui assim uma lei reguladora da ordem social sem legislador. A lei do valor regula as relações de trocas entre as mercadorias, e as relações entre as pessoas são entendidas como relações entre mercadorias, sem nenhuma intervenção exterior.” (ROSANVALLON, 2002 [1979]: 61)

A partir de Smith, não é mais na política e sim na economia que se procura os fundamentos da sociedade. A admiração intelectual dispensada pelo autor a Smith é indiscutível. Rosanvallon o vê como o autor que, ao transpor a realização da filosofia e da política para o terreno da economia, faz uma vasta e notável síntese. Não é o pensador que reduz a vida social à econômica, mas o que estende a sociedade ao econômico, pensando filosoficamente a identidade da vida econômica e da filosofia moral.

A compreensão econômica da política e de toda a vida social é o que Rosanvallon caracteriza como a virada decisiva em Smith: “... a economia resolve *nela*

*mesmo*, pelo menos no essencial, a questão do político e da regulação do social.” (ROSANVALLON, 2002 [1979]: 76)

“Ao compreender a sociedade civil como mercado, Smith revolucionou o mundo”, destaca o autor. E acrescenta que o mercado deve ser entendido aqui não como um conceito puramente técnico, como o modo de regulação da atividade econômica por um sistema de preços livremente formado, mas como um conceito sociológico e político, que se opõe ao conceito de contrato. Trata-se de uma nova representação do social: o mercado (econômico) e não o contrato (político) torna-se o verdadeiro regulador da sociedade (e não somente da economia).

Sendo a sociedade compreendida como sociedade de mercado, a noção de sociedade civil/nação passa de um sentido jurídico-político para um sentido econômico. A sociedade de mercado precede a economia de mercado, e não o inverso. A sociedade se constrói com o desenvolvimento da divisão do trabalho, que para Smith, afirma Rosanvallon, é consequência e não causa da troca – é a famosa tendência a comerciar e a fazer trocas que a produz.

A divisão do trabalho em Smith se eleva ao nível de um verdadeiro conceito filosófico, afirma Rosanvallon. No quadro do mercado – pois a divisão do trabalho está limitada pela extensão do mercado – ela traduz a interdependência crescente entre os homens e é, nesse sentido, um verdadeiro *transformador sociológico*: é por meio dela que a troca produz uma verdadeira socialização. A divisão do trabalho constrói a sociedade até sua finalidade última: a autonomia realizada pela dependência generalizada.

A representação econômica da sociedade implica uma profunda revolução sociológica. Os diferentes estados tradicionais (nobreza, burguesia, clero, etc.) não correspondem mais à visão que a sociedade tem de si mesma. Para Smith, como já o era para os fisiocratas, são as categorias econômicas que passam a definir as classes sociais. Assim, há os que vivem de rendas, os que vivem de salários e os que vivem de lucros. Dar um fundamento econômico à sociologia implica pensar a sociedade de mercado como *móvel*, sobretudo com relação à estrutura rígida da sociedade feudal, o que implica a possibilidade de ascensão de classe social.

Ao compreender economicamente a sociedade civil, Smith pode diferenciá-la do Estado, destaca Rosanvallon. O liberalismo de Smith não se inscreve mais apenas no quadro do debate entre o intervencionismo e o livre cambismo. Aos seus olhos, o Estado liberal não é inativo, devendo, ao contrário, ser extremamente ativo para construir o mercado. O Estado liberal não é, portanto, o do *laissez-faire* no sentido mais trivial, mas deve antes de tudo construir e preservar uma verdadeira sociedade de mercado.

O que Smith recusa, portanto, é o Estado como corpo parasitário. Concebe assim a ação do governo como um momento de construção de uma sociedade civil que seja uma sociedade de mercado. Realizada esta tarefa, o definhamento do Estado poderá ser ponto de pauta, pois o mercado reinará sozinho na sociedade. Smith é nesse sentido, de uma só vez, afirma Rosanvallon, o teórico da economia de mercado e da transição para esse tipo de economia.

### CAPÍTULO III – BIANCHI E A PRÉ-HISTÓRIA DA ECONOMIA

A ciência econômica é um ramo do conhecimento que, embora em gestação desde os primeiros séculos da Idade Moderna, tomou sua forma atual no final do século XVIII. As origens da economia como ciência, um importante aspecto da História do Pensamento Econômico, porém ainda povoado de incertezas, é o tema sobre o qual Ana Maria Bianchi se debruçou em seu *A Pré-História da Economia – De Maquiavel a Adam Smith*, publicada pela editora HUCITEC em 1988.

No intuito de buscar as causas que permitiram ao fenômeno econômico destacar-se como elemento isolado em relação ao fenômeno político, moral, religioso, passível de ser objeto de uma ciência especial, Bianchi deixa clara a necessidade de se voltar há pelo menos quatro séculos na história do pensamento ocidental. Para atingir o cerne do processo que deu à ciência econômica sua atual configuração, é necessário relembrar alguns ingredientes básicos da verdadeira revolução de valores ocorrida no ocidente cristão, da Renascença à Revolução Industrial.

A autora sublinha que para aqueles que enxergam a ciência de forma linear, como um produto definitivo, livre de intervenções metafísicas, preocupações normativas ou juízos de valor, investigar sua história parece um exercício desnecessário. Para os que, ao contrário, vêem na ciência econômica mais uma intenção do que um resultado, uma proposta do que uma solução; acreditam que seu edifício progride tanto por acumulação quanto por destruição; e confiam na utilidade de revisões periódicas, retroagir quatro séculos na história do pensamento ocidental é uma tarefa útil, e que pode tornar mais visíveis os compromissos filosóficos e éticos subjacentes à ciência econômica. Bianchi, como já deve ter ficado claro, se enquadra no segundo grupo.

O estudo da autora segue a trilha aberta por Louis Dumont e Albert Hirschman e seu objetivo primário é reconstituir a pré-história do pensamento econômico por meio da obra de alguns dos mais brilhantes pensadores da Idade Moderna. A contribuição destes ao advento da Economia Política será estudada a partir do exame de seu papel específico na revolução ética e intelectual de que se tem falado, sob diferentes aspectos. Considera-se que essa contribuição foi crucial para que, em 1776, Adam Smith pudesse



assinar o atestado de nascimento da ciência econômica, com a publicação de *A riqueza das nações*.

Bianchi recupera de Louis Dumont, antropólogo francês, o estudo da transformação do pensamento ocidental cristão, graças à qual a ciência econômica conquistou objeto próprio e método específico, e que pode ser desdobrada em três momentos distintos: 1) a emancipação do econômico em relação ao político, focalizada do ponto de vista da contribuição de John Locke; 2) o advento do *Tableau Économique*, do Dr. Quesnay, primeiro quadro do domínio econômico como um todo consistente; 3) finalmente, a emancipação do econômico em relação à moralidade predominante, ilustrada pela figura de Bernard Mandeville e sua *Fábula das abelhas*. Outra importante característica da Idade Moderna marcada pelo autor é a substituição do holismo pelo individualismo. O indivíduo é o ponto de partida do sistema de idéias montado pela ciência econômica. O conceito de indivíduo capta aquilo que distingue cada elemento do conjunto, tornando-o único e especial (a parte é mais importante que o todo).

Outro autor que Bianchi destaca é Max Weber, que também se preocupou em entender a revolução de valores ocorrida na sociedade ocidental no alvorecer da Idade Moderna. Em sua investigação sobre as raízes morais do capitalismo se pergunta: “Como é que uma atitude que era, na melhor das hipóteses, eticamente tolerada, transformou-se em uma vocação?” O esforço de encontrar respostas para esta questão levou Weber a pesquisar o conteúdo da Reforma Protestante, especialmente em sua vertente calvinista. Não lhe foi difícil demonstrar que, sob a égide do Protestantismo, ocorreu uma mudança ética significativa. O trabalho passou a ser encarado como uma vocação divina e o sucesso profissional como um indício seguro de que o indivíduo estava predestinado à salvação.

Para Bianchi, Albert Hirschman retoma a indagação de Weber e propõe-se a investigar o processo pelo qual o ideal heróico da Idade Média foi substituído por um novo código moral, que ia ao encontro, não por acaso, dos interesses da burguesia ascendente. Apesar das pregações da cristandade, durante o século XVII, disseminou-se a convicção de que era impossível controlar as paixões “destrutivas” próprias da natureza humana por simples apelos moralistas ou ameaça de castigo eterno. Tratava-se, portanto, de mobilizá-las, de contrapor paixões consideradas moralmente

mais toleráveis às mais perigosas. Nesse contexto, o interesse, o amor ao ganho e o desejo de obter vantagens econômicas transformaram-se em paixões razoáveis, pois conferiam constância e previsibilidade ao comportamento humano. Há uma mudança de atitude também em relação à atividade comercial e à própria atividade de ganhar dinheiro. No decorrer do período mercantil, a tais atividades foram imputadas qualidades como doçura, calma e boas maneiras. O último passo no processo de retirada do estigma foi o reconhecimento do caráter inofensivo das atividades em questão.<sup>1</sup>

Num primeiro movimento, Bianchi trata dos séculos XVI e XVII, época da Renascença, quando o homem passa a ser entendido *como ele realmente é*. Segundo a autora durante a Renascença consuma-se enfim o processo de ruptura da unidade doutrinária que, por um longo tempo, manteve o Ocidente sob a tutela da Igreja. Alçado ao centro do universo, o homem é incorporado à natureza, ela mesma fonte de um culto que iria prolongar-se durante séculos. Na nova era, desfaz-se o universo mental peculiar ao homem da Idade Média – não cabe mais à Igreja o papel de única detentora do saber. Como alternativa, a Renascença propõe o homem pensante, sujeito a paixões, dotado de vontade própria e apto a conhecer a realidade por meio de seus sentidos. Mais ainda, concebe um ser capaz de impor-se à natureza e domá-la por intermédio da razão.

No processo de decomposição interna e externa da hegemonia da Igreja, a religião torna-se mais pessoal, mais intimista, menos sujeita às intervenções das autoridades. Os humanistas da Renascença reivindicam a autonomia da razão e a possibilidade de considerar as questões que lhe são afetas à parte das questões de fé. A era moderna instaura-se com ousadia suficiente para destituir o sistema feudal de organização social, política, cultural e econômica, em múltiplos planos. Em lugar da metafísica negadora do mundo medieval, instaura-se o entusiasmo da filosofia natural<sup>2</sup>, empenhada em lançar-se à descoberta do mundo.

Bianchi elege quatro autores como representativos do período que se estende da Renascença até meados do século XVIII: Maquiavel, Bacon, Hobbes e Spinoza.

---

<sup>1</sup> Já tratamos desse assunto no Capítulo I.

<sup>2</sup> Filosofia Natural foi o termo introduzido pelos antigos gregos para indicar o estudo objetivo da natureza e do universo físico e que foi usado até o desenvolvimento da ciência moderna.

Para a autora o esforço de Maquiavel se dá no sentido de traçar um quadro mais realista da natureza humana. O objetivo é entender o homem como ele realmente é, e não como ele deveria ser (ou como a moralidade cristã pregava que ele deveria ser). Um traço marcante apontado em sua obra mais importante – *O Príncipe* – é o individualismo, entendido como expressão de confiança na energia e na capacidade do homem, apto a interferir nos acontecimentos.

Maquiavel, afirma Bianchi, faz parte do Movimento Antropocêntrico, rompendo com o pensamento medieval e colocando o homem como governante de si mesmo. Além disso, concebia o caráter egoísta como inerente à natureza humana, donde vem a necessidade de um governo forte e centralizado. Em contraste com uma corrente da Ética chamada deontológica, segundo a qual há princípios básicos que distinguem o certo do errado, Maquiavel filia-se a uma corrente que pode ser qualificada de teleológica, de acordo com a qual o julgamento dos atos se dá em função das finalidades ou conseqüências práticas. O autor enfatiza, portanto, o caráter instrumental da conduta, sua racionalidade sob o aspecto da adequação entre fins e meios para atingi-los. As noções convencionais de Bem e Mal são ofuscadas pelas noções do Útil e do Eficaz.

Bacon, em sua obra *Ensaio sobre a usura*, se revolta contra uma ameaça de retomada dos preceitos restritivos da Igreja em relação a empréstimos a dinheiro, alega Bianchi. A justificativa do autor em favor da cobrança de juros era de que os empréstimos eram necessários à vida econômica, mas os homens não seriam suficientemente altruístas para concedê-los de forma espontânea. A novidade na proposta baconiana é o fato de substituir a especulação ou a ortodoxia teológica da Idade Média pela investigação científica. A filosofia natural, com base na experiência sensorial, passa a ser para o autor a única filosofia cuja verdade pode ser demonstrada. Para Bacon, estabelecer o domínio do homem sobre a natureza é a meta suprema de toda atividade científica. Por essa contribuição, é considerado o pai do positivismo anglo-saxônico.

Sua contribuição mais importante, entretanto, afirma Bianchi, é sugerir um método de pesquisa em bases indutivas, devendo haver um controle sistemático do processo de observação da realidade. A difusão do empirismo, que dominou e ainda domina vários ramos da ciência, é marca de relevo em sua obra. Segundo o autor, a

construção de leis deve partir das observações e dos fatos. A natureza deve ser analisada sem nada supor sobre ela.<sup>3</sup>

O interesse pelo novo e o inconformismo em relação aos conhecimentos sedimentados constitui uma das principais contribuições de Bacon à mudança de mentalidade ocorrida no período. Mudança que permitiria, dois séculos após o nascimento de seu precursor, a constituição da Economia Política como ramo especial do conhecimento científico, claramente disposta a observar de modo metódico a realidade circundante e a intervir sobre a mesma.

Outro autor destacado por Bianchi é Hobbes, que se associou ao esforço de Maquiavel no sentido de construir uma imagem mais realista da natureza humana. Assim como Maquiavel, Hobbes vê o egoísmo como algo intrínseco ao homem, defendendo a necessidade de um governo forte, capaz de domar a natureza destrutiva do ser humano. Os conceitos de Bem e Mal também são vistos como relativos, cabendo ao homem distinguir entre ambos.

A novidade principal trazida por Hobbes é a questão do contrato. O ponto de partida de sua análise é o estado de natureza, um estado de guerra. Segundo o autor, os homens nascem livres e iguais. Portanto, se dois homens desejam a mesma coisa ao mesmo tempo, tornam-se inimigos. Daí vem sua famosa frase “O homem é o lobo do homem”.

No estado de natureza, há paixões destrutivas que levam à morte: competição, desconfiança, desejo de glória, desejo de poder. O estado natural constitui uma ameaça às grandes conquistas da Idade Moderna, suas invenções, seu comércio, seu desenvolvimento cultural e assim por diante. As paixões *medo da morte* e *desejo de sobrevivência* se opõem, e, por intermédio da razão, a primeira prevalece. Por isso os indivíduos fazem um contrato, delegando poder ao Estado.

O Estado nada mais é, portanto, que uma convenção entre os homens, um pacto assumido na busca da paz. Ao introduzir restrições sobre sua própria vontade,

---

<sup>3</sup> A questão sobre os métodos indutivo e dedutivo, e qual seria adequado à economia é uma questão fecunda, mas não será objeto de estudo deste trabalho.

transferindo direitos para outrem, o indivíduo obtém sua preservação física, pois o pacto permite domar a ambição, a avareza e as demais paixões que caracterizam o estado natural.

A concepção de Hobbes de uma soberania exercida, não porque assegurada pela vontade divina, mas porque os homens assim convencionaram, chocava-se com as certezas da época, e foram repudiadas como imorais e agnósticas.

O último autor destacado por Bianchi como representativo do período que se estende da Renascença até meados do século XVIII é Spinoza. Este autor possui como importantes características a defesa intransigente da liberdade de pensamento, tanto em questões de fé, como de política; e a defesa de uma ética de orientação teleológica, de que decorrem noções de Bem e Mal contrárias à moralidade dominante.

Tal como Bacon, Spinoza defende a importância da observação e da experiência como fontes de conhecimento. A base de sua teoria do conhecimento está na convicção de que a realidade humana tem estrutura racional, que a torna passível de ser captada pela razão. Além disso, enxerga na matemática o verdadeiro paradigma da ciência moderna, um instrumento que aperfeiçoa o entendimento das leis do universo natural.

Num segundo movimento, Bianchi procura retratar, nos séculos XVIII e XIX, o Iluminismo e sua teoria ética. O caráter distintivo do Iluminismo advém principalmente do fato de ter dado concretude a uma série de tendências mantidas em estado mais ou menos latente nas primeiras manifestações da Renascença. O fenômeno da Ilustração constitui uma combinação peculiar de fatos econômicos, políticos e sociais com especulações filosóficas, discussões éticas, descobertas científicas e outros produtos dessa natureza.

São características do Iluminismo, a confiança na utilidade da razão para transformar o mundo; a crença otimista no progresso da humanidade; o desenvolvimento das ciências e sua compartimentalização em ramos específicos; a mudança de atitude em relação à religião e seus dogmas; a valorização da natureza, leis e direitos naturais; o individualismo, assente numa concepção antropocêntrica do

universo, bem como na admissão da possibilidade de conciliar interesses pessoais com o interesse coletivo.

A razão, para os iluministas, não pode ser deduzida de princípios internos, mas constitui um dom, que se potencializa através da observação sensível dos objetos exteriores a si mesma. Constitui a ferramenta por excelência do exercício científico, revestida de um sentido eminentemente utilitário.

Bianchi destaca como representativos deste período Locke, Helvétius, e os filósofos éticos, dentre eles Mandeville e Smith.

Na trilha aberta por Francis Bacon, destaca a autora, Locke repudia a tese de que as idéias são inatas à mente humana e exalta o potencial dos sentidos como fonte de conhecimento. Filia-se, portanto, à tradição empirista, embora não se mostre insensível ao racionalismo cartesiano. Como os iluministas em geral, vê na razão a grande força diretriz da vontade humana.

Locke filia-se a uma teoria ética de inspiração hedonista (teleológica como a de Maquiavel e Hobbes), definindo o Bem e o Mal pelo prazer (ou sofrimento) que a conduta propicia ao indivíduo. Contratualista assim como Hobbes, ele concorda com este sobre a existência de um estado natural, mas repudia a concepção hobbesiana de um estado de guerra permanente. Sua visão da natureza humana, mais otimista que a de Hobbes, o leva a identificar que é a conveniência que promove o pacto social.

Para Locke, no estado de natureza os homens têm direito à propriedade, termo que aqui assume uma abrangência superior ao conceito jurídico convencional. O autor entende por propriedade “a vida, a liberdade e o patrimônio do indivíduo”. Seu argumento básico é de que o que une os indivíduos e os subordina ao governo legalmente constituído é o desejo de preservar sua propriedade. O ponto de partida é a idéia de que os homens são desiguais, e a noção de desigualdade está atrelada a habilidades pessoais diferentes, sublinha a autora.

A propriedade, portanto, é um direito natural. Além disso, é ela quem permite a saída do estado de natureza para o estado social (uma sociedade organizada). A

harmonia só é estável, entretanto, se for garantido o direito de propriedade, e o papel do Estado é salvaguardá-lo. Para Hobbes, o contrato mais importante era o do direito à vida. Para Locke é o do direito à propriedade.

Embora Locke seja um contratualista, ele chama atenção para o elemento econômico, sendo pioneiro em colocar a possibilidade de emancipação do econômico em relação ao político, afirma Bianchi.

Coube a Locke “cortar o cordão umbilical” da sociedade moderna, na direção de um poder cujo fundamento não repousa mais no domínio sobre outros homens e sim na posse de bens materiais. A inversão de primazia, no campo da sociabilidade, da relação entre os homens para a relação entre homens e coisas (a hegemonia da visão econômica no universo ideológico) se dá, não por acaso, no momento em que a riqueza imobilizada – terra – perde seu posto para a riqueza móvel – moeda.

Como representativo do período da Ilustração, Bianchi também destaca Helvétius, autor segundo o qual o interesse geral é a medida da conduta virtuosa, e o divórcio entre o interesse público e o privado conduz à corrupção dos costumes. Argumenta que o interesse é a força motriz do universo social, tal qual a lei da gravidade o é para o universo físico. Em suas palavras:

Se o universo físico se submete às leis do movimento, o universo moral não deixa de submeter-se às do interesse. O interesse é na terra o poderoso executor, que modifica aos olhos de todas as criaturas a forma de todos os objetos. (HELVÉTIUS, apud BIANCHI, 1988: 88)

O grupo de pensadores do século XVIII que se convencionou chamar de filósofos éticos ou filósofos moralistas tem em comum o fato de a maior parte de sua produção intelectual estar voltada para o estudo dos componentes éticos e normativos do comportamento humano.

Também em comum, destaca Bianchi, há o fato de pregarem que o ser humano é dotado da capacidade de distinguir o certo do errado, o bom do mau, e assim por diante, sem que tais noções lhe devam ser impingidas por terceiros ou decretadas pelo Estado. Além disso, tais filósofos compartilham da visão de que a auto-estima (o interesse, ou

outros vocábulos que designam a preocupação do indivíduo com seu próprio bem-estar) não é, em princípio, incompatível com a benevolência ou com condutas pautadas pelo desejo de favorecer outras pessoas.

Um dos mais importantes filósofos deste grupo é Bernard Mandeville. Em sua famosa *Fábula das abelhas*, o autor compara a sociedade humana a uma colméia, deixando como mensagem central que vícios privados geram benefícios públicos, e já sugerindo o mecanismo da mão invisível que será mais tarde explorado por Adam Smith. Mandeville acredita que as paixões podem ser mobilizadas, sendo possível se atingir um equilíbrio entre elas. A busca da felicidade própria não implica prejuízo das necessidades e desejos do conjunto de indivíduos.

Diz o poema:

A avareza, raiz do mal,  
Esse maldito, perverso, pernicioso vício,  
Era escrava da prodigalidade,  
O pecado nobre, enquanto o luxo  
Empregava um milhão de pobres,  
E o orgulho odioso, mais um milhão.  
A própria inveja e a vaidade  
Eram ministros da indústria;  
Sua extravagância predileta, a volubilidade  
No comer, vestir-se e mobiliar,  
Tornara-se, vício estranho e ridículo,  
A própria roda que movia os negócios.  
(MANDEVILLE, apud BIANCHI, 1988: 93)

Semelhante ao papel desempenhado por Locke ao emancipar a economia da política, a obra de Mandeville é de suma importância no processo de emancipação da economia em relação à moralidade repressiva da Idade Média, sublinha Bianchi.

Os filósofos éticos do século XVIII são considerados precursores do utilitarismo de Jeremy Bentham e Stuart Mill, no século seguinte, com tão importantes repercussões na teoria econômica.

Dentre os filósofos éticos, um autor se destaca particularmente pela pujança de sua obra e pela originalidade de seu pensamento: Adam Smith. Por sua importância e



por ser considerado o pai da Economia Política, este autor é tratado em relevo por Bianchi.

Entre as influências de Smith, não podemos deixar de citar os fisiocratas, cujo mérito central reside em sua capacidade de perceber a economia como um ciclo e como um circuito capaz de auto-regulação. François Quesnay, importante expoente deste grupo, elabora um quadro conhecido como *Tableau Économique*, em que concebe a economia como um sistema, e onde a circulação de dinheiro e de produtos é sujeita a leis, num processo cíclico, que se reproduz.

As duas principais obras de Smith retratadas pela autora são a *Teoria dos Sentimentos Morais* (TSM) e a *Riqueza das Nações* (RN). Há uma disputa em torno da interpretação destas duas obras a que comumente se denomina “Paradoxo de Adam Smith”. Tal paradoxo associa-se a uma suposta contradição entre a TSM, que tem na simpatia o suporte de sua concepção ética, e a RN, que realça a idéia do homem movido pelo cálculo egoísta.

De acordo com a teoria da mudança, Smith, filósofo moral que privilegiara o altruísmo como motivação da conduta humana é substituído pelo economista, que enxerga no egoísmo a força motriz do comportamento humano.

Para Bianchi, entretanto, não há paradoxo algum. A autora é adepta da teoria da continuidade, segundo a qual não há ruptura entre a TSM e a RN, mas que as duas obras fazem parte de um sistema mais amplo. O objetivo aqui não é apresentar os argumentos deste debate em si, mas apresentar as idéias, expostas pela autora, que contribuiriam para a mudança de pensamento tratada e para o atestado de nascimento da ciência econômica.

Na TSM, publicada pela primeira vez em 1759, Smith reconstrói sistematicamente os fundamentos da “natureza humana”, em especial sua faculdade de formular juízos morais sobre o comportamento. De acordo com Jacob Viner, um dos mais autorizados críticos de Smith segundo Bianchi, Smith intenciona construir um sistema explicativo das inter-relações entre os homens. Ele não se propõe a resgatar todos os fatores considerados relevantes do mundo real, mas apenas a dimensão da

psique humana diretamente envolvida nessas inter-relações – os sentimentos morais, de aprovação e desaprovação que delas advêm. Tais sentimentos situam-se, ainda segundo Viner, a meio do caminho entre os instintos básicos, que definem a natureza animal do ser humano, e o cálculo racional.

Tal como a maioria dos filósofos éticos, destaca Bianchi, Smith confere papel de relevo à razão, mas argumenta que é à vontade que cabe o comando sobre a conduta; a razão apenas a ilumina. As percepções, em primeira instância, advêm dos sentidos; o papel da razão é formular explicitamente as normas morais, guiando emoções e instintos naturais.

Os sentimentos morais apóiam-se num duplo processo de observação – observação do comportamento alheio, de um lado, e observação interna ou introspecção de outro (espectador imparcial) – face ao qual o homem experimenta sentimentos de aprovação ou desaprovação.

Esse sentimento natural ao homem, que é qualificado como simpatia, assume um sentido mais amplo que o tradicional (identificação com o sofrimento alheio), e denota também a capacidade de partilhar da alegria de outrem.

A prudência, o auto-comando, a benevolência e a justiça são algumas das virtudes exaltadas na TSM. A disposição para admirar os ricos e desprezar os pobres, em contrapartida, é um dos principais fatores de corrupção dos sentimentos morais. Entretanto, tal disposição apresenta resultado positivo para a sociedade, que é levar os homens a buscar o enriquecimento, sublinha Bianchi.

Na TSM, Smith declara que Mandeville, embora margeie a verdade, está errado em quase todos os aspectos ao descrever características da natureza humana. Em última análise, a disputa entre os dois parece envolver conflitos de natureza mais semântica que conceitual. Smith não discorda de Mandeville quanto à importância do interesse como motivação da conduta; apenas questiona a possibilidade deste sentimento levar necessariamente a uma conduta negativamente sancionada pela sociedade. Se bem orientada pela razão, a busca do interesse privado pode ensejar condutas agradáveis aos olhos do espectador imparcial, árbitro da conduta.

Bianchi, adepta da teoria da não-ruptura, vê na RN uma continuidade da TSM associada a: 1) restrição do escopo da investigação, de tal forma a privilegiar as decorrências do comportamento humano advindas da “propensão natural a trocar”; 2) aprofundamento da investigação, na direção de uma coleta mais sistemática de material empírico sobre os temas tratados; 3) tendência a substituir o espectador imparcial pelo mecanismo da competição, como fonte de controle sobre desdobramentos eventualmente indesejáveis do comportamento movido pelo interesse.

Na RN os princípios liberais já defendidos na TSM são enfaticamente reiterados. A liberdade de comércio deve ser incentivada e estendida, diz Smith, por suas inegáveis vantagens para a sociedade.

Na mesma obra o autor lança-se à investigação de todo um segmento da vida social em que o “egoísmo” tem um papel de relevo. Ele é a expressão de desejo calmo e desapaixionado, regulado pelo mecanismo da competição. A vantagem deste tipo de sentimento como móvel da conduta é o fato de conferir à mesma constância e previsibilidade.

Do trabalho conjunto de várias mãos produtivas, emerge uma grande **mão invisível** que, ao reconciliar interesses individuais e coletivos, possibilita a acumulação de riquezas.

E assim nasce a Economia Política, que vem à luz com um triplo compromisso: eticamente embasada na possibilidade de reconciliar egoísmo, altruísmo e bem-estar geral; filosoficamente atrelada a uma visão de mundo antropocentrista; epistemologicamente atrelada à tradição positivista e empirista.

## CONCLUSÃO

Os três autores estudados neste trabalho dão importantes contribuições à História das Idéias ou, mais especificamente, à investigação sobre o nascimento da Economia, fortemente ligado à constituição do ideário liberal.

Albert Hirschman, autor cuja obra *As paixões e os interesses* foi analisada no Capítulo I, faz uma genealogia da noção de interesse, mostrando como ela passou de interesse do Estado a **interesse dos indivíduos**, e como os interesses foram convocados para domar as paixões mais destrutivas do homem. Além disso, sublinha o fato de o vocábulo *interesse* ter adquirido um significado eminentemente econômico, terminando por concentrar-se na idéia de vantagem econômica como seu sentido essencial.

Recuperando o pensamento social dos séculos XVII e XVIII, Hirschman reconstrói uma seqüência de idéias concatenadas que permite explicar como as atividades comerciais passaram a figurar, em certo momento da Idade Moderna, como atividades dignas, após terem sido condenadas durante vários séculos sob o nome de ambição e amor do lucro.

Hirschman descortina o pano de fundo do nascimento do capitalismo no plano das idéias: a atividade econômica reprime os componentes mais destrutivos e desastrosos da natureza humana; ela tem um caráter calmo, suave e civilizador. O autor destaca, portanto, a formação dos princípios ideológicos e valorativos que legitimaram em sua origem a atividade de ganhar dinheiro.

Em *O liberalismo econômico – História da idéia de mercado*, obra de Pierre Rosanvallon analisada no segundo capítulo desse trabalho, o autor retraça o percurso do liberalismo tendo como fio condutor a idéia de mercado, por entender que esta perpassa toda a história intelectual da modernidade.

Para Rosanvallon, a grande questão da modernidade é pensar a ordem social sem recorrer à explicação divina, ou, mais precisamente, pensar a sociedade como auto-instituída, sem qualquer ordem exterior ao homem. Nesse sentido, afirma-se como

central a figura do indivíduo e de sua natureza para se pensar a questão da origem da sociedade e de seu funcionamento harmonioso.

O autor procede a uma gênese da **idéia de mercado como princípio da organização social**, mostrando como, no final do século XVIII, essa idéia se apresenta como resposta final à indagação com que lidavam os teóricos da modernidade. Rosanvallon retrata como a ordem social se livrou primeiro da religião, com os teóricos do contrato, e depois da política, para atingir a idéia de mercado como o seu regulador precípua.

Em *A Pré-História da Economia – De Maquiavel a Adam Smith*, obra de Ana Maria Bianchi examinada no Capítulo III, a autora busca as causas que permitiram ao fenômeno econômico destacar-se como elemento isolado em relação ao fenômeno político, moral e religioso, passível de ser objeto de uma ciência especial. Para atingir seu propósito, volta há pelo menos quatro séculos na história do pensamento ocidental com vistas a atingir o cerne do processo que deu à ciência econômica sua atual configuração, relembrando alguns ingredientes básicos da verdadeira revolução de valores ocorrida no ocidente cristão, da Renascença à Revolução Industrial.

Bianchi enfatiza especialmente a **revolução de valores** e o nascimento de uma nova ética que emergem com o advento da modernidade. Para a autora, a economia nasce acoplada à filosofia moral, com destaque para uma ética utilitária, em que as noções convencionais de Bem e Mal são ofuscadas pelas noções do Útil e do Eficaz; e a razão é um mero instrumento do indivíduo para a busca de seus interesses.

Indivíduo, sociedade, mercado. Essas três palavras são bastante ilustrativas do pensamento moderno aqui discutido. É a partir do indivíduo que se passa a pensar a instituição e o funcionamento da sociedade, e a idéia do mercado como ente organizador da ordem social é sem dúvida a idéia que se estabelece naquele momento. A explicação do nascimento da economia – no plano das idéias – emancipada da política, cujo argumento definitivo encontra-se em Adam Smith, e a investigação sobre a constituição do ideário liberal para a ordem social capitalista é o que conecta os três autores.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIANCHI, Ana Maria. **A Pré-História da Economia** – De Maquiavel a Adam Smith. 1ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

GANEM, Angela. Adam Smith e a explicação do mercado como ordem social: uma abordagem histórico-filosófica. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 9-36, jul./dez. 2000.

HIRSCHMAN, Albert O. **As paixões e os interesses** – Argumentos políticos a favor do capitalismo antes de seu triunfo. 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000 [1977].

PENA, Maria Valéria Junho; TOLIPAN, Ricardo. Resenha bibliográfica I. **Pesquisa Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v.11, n.3, p. 831-836, dez. 1981.

ROSANVALLON, Pierre. **O liberalismo econômico** – História da idéia de mercado. São Paulo: EDUSC, 2002 [1979].

TOLIPAN, Ricardo. **A necessidade da história do pensamento econômico**. Rio de Janeiro: IEI/UFRJ, texto para discussão nº 3, 1982.